

OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

A presença chinesa na América Latina: Desafios e possibilidades de cooperação

Raquel de Caria Patrício

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Palavras chave: China, América Latina, Cooperação, Riscos, Recursos

Este artigo procura analisar as relações entre a República Popular da China e a América Latina, dos anos 1990 aos dias de hoje, quando a China se transformou no motor da economia global. Como resultado, muitos países latino-americanos começaram a promover políticas de aproximação ao novo gigante. Pretendemos investigar, primeiramente, o lugar que a América Latina ocupa na política externa chinesa e, de seguida, de que forma os estadistas e empresários latino-americanos, conscientes do novo estatuto da China de candidata a novo poder do século, têm vindo a promover políticas de estreitamento e fortalecimento de laços com este país. Pretendemos, igualmente, analisar os riscos associados a esta parceria para os países latino-americanos, que estão conscientes de que tais riscos existem, especialmente no que se refere ao regresso, destes países, a uma economia primária e agrícola. Este artigo considera a hipótese de que as relações sino-latino-americanas tornaram-se possíveis graças à existência de coincidências e similaridades entre os respectivos projectos nacionais, e graças às elevadas taxas de crescimento económico sustentadas pela China, as quais têm sido muito úteis aos países latino-americanos, permitindo-lhes que passem pela actual crise sem grandes impactos. Contudo, o aprofundamento de relações entre estes países, até ao presente, tem sido reduzido, em função da pouca importância que a América Latina tem na agenda chinesa. Esta situação pode também ser explicada pela existência, para a China, de parcerias alternativas no fornecimento de produtos como minérios, matérias-primas e energia, bem como em função da falta de conhecimento mútuo entre as partes, indispensável para ultrapassar obstáculos e fortalecer as relações.

Raquel de Caria Patrício – Doutorou-se em Relações Internacionais, com distinção e louvor, na Universidade de Brasília, onde iniciou a sua carreira docente como Assistente. Actualmente, é Professora Auxiliar no ISCSP/UTL, onde coordena e rege disciplinas dos campos das Relações Internacionais e da Ciência Política, tanto nos Cursos de Licenciatura, como nos de Mestrado, e se dedica ao estudo da realidade política latino-americana, com ênfase muito particular na política externa brasileira. Autora de diversos artigos científicos e de alguns livros, tem dado, nos últimos anos, especial destaque ao estudo dado lugar que a *nova* cooperação Sul-Sul ocupa na política externa brasileira, assim como as articulações entre o Brasil e a China e a presença crescente da China no sub-continente latino-americano têm merecido particular atenção.

A Presença Crescente da China na América Latina

Raquel de Caria Patrício

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre a República Popular da China (RPC) e a América Latina, desde os anos 1990, quando a China começou a erguer-se como motor da economia global, por forma a avaliar-se o significado, as oportunidades e os riscos associados à presença crescente da China nesta região. Uma presença que, de muitas formas, se afirma, não apenas como uma manifestação de carácter económico, mas, e cada vez mais, como uma questão social que ultrapassa as fronteiras nacionais e assim se torna um fenómeno verdadeiramente transnacional, parte, também, do *novο* diálogo Sul-Sul. Um diálogo Sul-Sul diferente daquele levado a efeito durante a Guerra Fria e que, precisamente com o fim desta ganhou uma nova dinâmica, que se acentuou na primeira década do século XXI, em função das lições que as economias ditas *emergentes* podem vir a dar aos *velhos poderes* da sociedade internacional, graças ao seu atual desempenho económico e ao potencial que apresentam para tornarem-se os principais impulsionadores do crescimento da economia mundial (VIEIRA e VERÍSSIMO, 2009; 514). Daqui resultam a importância e a pertinência do estudo da forma como o país que maiores taxas de crescimento do PIB apresenta se posiciona num mercado que lhe é particularmente favorável e apetecível, a América Latina, com destaque especial para os países meridionais do sub-continente.

A análise parte da hipótese central de que as relações sino-latino-americanas se tornaram possíveis graças à existência de coincidências e convergências entre os respetivos projetos nacionais e entre as atuais estratégias de inserção internacional, graças à complementaridade das suas economias, ao forte ritmo do crescimento chinês e às demandas chinesas por minérios, matérias-primas e energia, para fazer face a esse crescimento. Daqui resulta uma hipótese secundária, de acordo com a qual essas relações têm tido efeitos perversos para os países latino-americanos, em função da sua assimetria. Uma assimetria visível a dois níveis: 1) a China exporta mais para a América Latina do que importa, originando défices comerciais para esta região; 2) a China exporta produtos manufacturados e importa bens primários, provocando a deterioração dos termos de troca desses países. Estas circunstâncias só não têm conduzido a fortes desequilíbrios das contas latino-americanas graças ao aumento dos preços dos bens primários no mercado mundial.

Detentora de uma excepcional massa crítica¹, a China tem vindo a apresentar, nos últimos trinta anos, um robusto crescimento económico, afirmando-se, hoje, como a segunda maior economia mundial². A política de reformas e abertura ao exterior aprovada e colocada em prática a partir de 1978, pelas mãos de Deng Xiaoping, foi a responsável por este crescimento económico, o qual, adicionado da estabilidade política interna, do grande potencial de crescimento do mercado interno e da posse de grandes reservas em moeda estrangeira, transformou a China na potência económica que hoje é, em 2001 admitida na Organização Mundial do Comércio (OMC) e considerada um BRIC por Jim O'Neill, economista do grupo norte-americano Goldman Sachs (O'NEILL, 2001). Não é displicente notar que o sucesso da China também se deve à existência de economias de escala na maior parte das indústrias, bem como de legislação laboral pouco rígida e exigente, o que origina produção com custos mais baixos e, por conseguinte, mais concorrenciais. Este facto, a juntar à questão da dimensão – tanto da quantidade de produção, quanto do tamanho do mercado consumidor – tornam a produção chinesa muito barata, com uma competitividade difícil de igualar.

Assim, pelo peso geo-económico e demográfico, pela dimensão do mercado interno, pela avaliação dos indicadores económicos, pela importância do seu papel como potência regional,

¹ A China tem 1 300 milhões de habitantes e a terceira maior extensão territorial do mundo, com 9 596 960 Km².

² A China tem, hoje, um PIB de USD 5 745 triliões e uma participação no PIB mundial de 12% em 2008, quando, em 1980, apenas contribuía com 2% (FMI, 2010).

bem como da imensidade dos problemas e desafios, a China tem adquirido uma relevante importância como ator efetivamente atuante das relações internacionais. Por outro lado, o PIB chinês aproxima-se da produção económica combinada da América Latina já que, em 2009, o primeiro foi USD 2,7 bilhões e o da América Latina chegou aos USD 2,6 bilhões (FMI, 2010).

Suportadas nesta performance económica, já que, se em 1980, a China contribuía com 2% para o PIB mundial, em 2008 essa percentagem passou para 12% (FMI, 2010), as duas economias, que pouco negociavam, tornaram-se, sobretudo na última década, grandes parceiros comerciais, sendo certo que as relações do gigante asiático com a América Latina têm-se reforçado, tanto a nível comercial, quanto a nível do aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) da China na região, quanto, ainda, do ponto de vista da transferência de tecnologia em decorrência da inserção das empresas chinesas na região.

Neste contexto, se entre 1970 e 1980, todos os países da região, com exceção do Paraguai, já haviam reconhecido a RPC³ – o que representou uma mudança de perspectiva dos Latino-Americanos sobre a questão de Taiwan⁴ – em função do interesse mútuo de diversos grupos sócio-empresariais latino-americanos e chineses (XINSHENG, SHAOXIAN, 2003), foi a partir de 1978 que esse relacionamento se reforçou, intensificando-se, com Hu Jintao, em torno dos temas da energia, dos minérios e da infra-estrutura, ao mesmo tempo que a China reforçou o seu envolvimento multilateral na região ao aderir ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2008 (CEPAL, 2010) e ao assinar, na última década, tratados de livre comércio com o Chile, o Peru e a Costa Rica⁵. De notar que nem o fim dos regimes militares e o advento do neoliberalismo na América Latina, na década de 1980, prejudicou este relacionamento, muito em função do pragmatismo dos países da região que, envoltos na crise da dívida, necessitavam de vias alternativas à dependência exclusiva face aos EUA e à Europa.

Por outro lado, em 2008, na XVI Cimeira da APEC, em Lima, foi lançado o Documento de Política Sobre a América Latina e Caraíbas e China, o qual se constitui como verdadeira plataforma de ação e não uma mera declaração de intenção, estabelecendo as bases da cooperação sino-latino-americana. Do ponto de vista político, o documento estabelece como prioridades a defesa do sistema multipolar, o clima, o terrorismo, a política de reunificação pacífica (Taiwan) e a pretensão de reconhecimento internacional. Economicamente, salienta a expansão do mercado, o acesso a recursos naturais, o estabelecimento da China como 2º parceiro comercial da América Latina e o processo de inserção em cadeias de produção internacional, focando, em termos culturais, o conhecimento da cultura chinesa e a aprendizagem do Sino-Mandarim.

A China iniciou, assim, um processo de aproximação aos países em desenvolvimento para gerar alternativas aos países desenvolvidos (Europa e EUA) e aceder a matérias-primas, mas sobretudo como forma de sair do isolamento a que os EUA e a Europa a haviam votado por causa dos acontecimentos de Tianamen.

Na realidade, já Deng Xiaoping avaliara a importância de uma parceria entre a China e a América Latina, ao ter declarado que *“China and Latin America would work together to set an example of South-South cooperation. The basics for this cooperation, such as the establishment of joint ventures, preferential prices and the transfer of technology, are already part of Sino-Latin American relations and benefit the economic development of both partners, serving as a true example for international interaction”* (REISS, 2000).

Ora o contínuo crescimento económico da China tem sido acompanhado pelo aumento do investimento direto chinês na América Latina, com a estratégia *go global*, lançada em 2000, através da qual o governo tem dado significativo apoio político e financeiro para que as empresas nacionais internacionalizem as suas atividades (SILVEIRA SOUZA, 2010), o que representa

³ Cuba foi o primeiro país da região a fazê-lo, em 1960. Até então, os países latino-americanos mantinham, por razões históricas, relações com Taiwan.

⁴ A postura do Paraguai, que mantém relações com Taiwan e não reconhece a República Popular da China, tem obstado a conclusão do tratado de livre comércio entre a China e o Mercosul.

⁵ O tratado com a Costa Rica está à espera de ratificação pelo Congresso costa-riquenho.

uma alteração do posicionamento do executivo chinês, outrora restritivo quanto à saída de capitais do país.

Esse investimento ainda é considerado reduzido quando comparado à capacidade e aos interesses da China na região (JENKINS, PETERS, 2009) e quando comparado ao investimento direto estrangeiro norte-americano (KNIGGE, 2009). Em 2007, os EUA investiram, na América Latina, USD 350 bilhões, enquanto os Chineses se ficaram pelos USD 22 bilhões. Mesmo que o aumento crescente do investimento direto estrangeiro chinês na América Latina continue na proporção atual, salienta Andrés Oppenheime, colunista do *Miami Herald*, demorará décadas até que esse investimento se iguale ao dos EUA (KNIGGE, 2009).

Ainda assim, em 2010, a China investiu, na América Latina, USD 30 bilhões, particularmente na Argentina, Brasil, Venezuela e Peru (MOFCOM, 2010), especialmente nos setores direcionados à melhoria do acesso às *commodities*. No final de 2008, esses quatro países foram alvo de 90% do total de investimentos diretos estrangeiros feitos pela China na América do Sul (MOFCOM, 2010). Entre 2003 e 2008, de um total de USD 479 milhões em investimentos diretos estrangeiros feitos pela China na região, esses quatro países receberam USD 422 milhões (MOFCOM, 2010).

Relativamente à questão comercial, a postura da China também tem evoluído. A participação do país no comércio mundial tem crescido rapidamente desde o início da década de 1980, especialmente em função da estratégia governamental de *reforma e abertura*. Assim, ainda que essa participação seja modesta, se em 1980 a China representava apenas 1% dos fluxos do comércio mundial, em 2008 passou a representar mais de 8% (FMI, 2010), ainda que corresponda apenas a 3% das importações mundiais de bens de consumo e a 4% do crescimento das importações mundiais (FMI, 2010).

Neste contexto, o comércio entre a China e a América Latina passou de apenas USD 10 bilhões por ano em 2000, para USD 100 bilhões hoje (ITAMARATY, 2011), sendo certo que a China se tornou, em 2010, o maior parceiro comercial do Brasil, pela primeira vez superando os EUA, do Chile, do Peru e da Argentina e o segundo maior destino das exportações da Argentina, Costa Rica, Cuba e Peru, e o terceiro da Venezuela (CEPAL, 2011). A taxa de crescimento das exportações da América Latina para a China passou de 2,2% nos primeiros seis meses de 2009 para 44,8% em igual período de 2011 (CEPAL, 2011), sendo certo que, se em 1999 exportavam matérias-primas no valor de USD 4 bilhões, esse valor deu um salto significativo para USD 40 bilhões em 2009 (ITAMARATY, 2011).

Assim, a América Latina tem interesses nesta parceria com o país que mais cresce economicamente no mundo, é o maior mercado mundial, cuja pujança também atrai e espera-se, mesmo, que nos próximos 2 ou 3 anos o consumo interno chinês aumente para USD 9,5 bilhões, isto é, USD 3 bilhões a mais que nos EUA. Estes países buscam, também, investimentos e almejam, ainda, a composição de alianças que lhes permitam enfrentar as pressões da globalização exercidas sobretudo pelos países desenvolvidos. Efetivamente, deve notar-se que a China é um ator com forte influência política na sociedade internacional, designadamente por ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que pode vir a oferecer uma visão alternativa à América Latina relativamente à influência hegemônica dos EUA, que a ajude a sair do círculo vicioso da *economia ineficiente* e do *défice de poder* (REISS, 2000), através do estabelecimento de uma parceria político-econômica com a RPC (SILVA, 2003), no âmbito de um *novo* diálogo Sul-Sul. O que significa que as relações da América Latina com a China ampliam a margem de atuação externa dos países da região e permitem diversificar as relações internacionais desses países. Por outro lado, podem também ser feitos diversos acordos com a China nas áreas estratégicas da infra-estrutura e da tecnologia, dando corpo à cooperação técnico-científica.

A aproximação entre a América Latina e a China apresenta, assim, vantagens consideráveis para a região. Mas também para a China, cuja política externa tem como objetivos centrais o benefício dos seus interesses comerciais e o próprio desenvolvimento (KNIGGE, 2009), bem como a diversificação de parceiros comerciais, por forma a não ficar exclusivamente dependente dos mercados norte-americano e europeu (REISS, 2000). Ademais, a China considera a

América Latina como uma região estratégica, encarando o Brasil como líder regional, o México e os países caribenhos dispendo de uma posição geográfica que pode vir a abrir-lhe caminho ao mercado norte-americano, enquanto o Chile, o Peru e o México fazem, como ela, parte da APEC.

Por outro lado, tal como na África, a China tem, na América Latina, como interesse primordial, importar recursos naturais e energia, tendo-se tornado já o maior importador de cobre, minério de ferro, ouro e petróleo latino-americanos (KHIGGE, 2009), sendo o país líder no consumo mundial de muitos minérios e produtos agrícolas e o responsável por 1/3 do consumo mundial de estanho, carvão, minério de ferro, aço e algodão e por quase 1/4 do consumo mundial de óleo de soja, borracha, alumínio e cobre (JENKINS, PETERS, 2009).

A China também pretende, da sua ligação à região, alcançar interesses políticos, designadamente o reconhecimento da sua primazia sobre Taiwan. O gigante asiático procura, entre os Latino-Americanos, aliados para promover o seu princípio de não interferência nos assuntos internos, incluindo os direitos humanos. A questão não é apenas a América Latina, mas a busca pela crescente influência na governança global, bem como sair do isolamento a que foi votada por causa dos acontecimentos em Tianamen. Ainda em termos políticos, a China procura ser reconhecida como economia de mercado que tem, como aliado, o maior e mais importante país da América do Sul, o Brasil. De notar que a China quer ter peso regional e globalmente muito em função da necessidade de não voltar a ser *humilhada* (alusão ao século XIX, o *século das humilhações* para esta cultura milenar).

Simultaneamente, e em última análise, o processo de inserção internacional e desenvolvimento da China tem como objetivo final a busca pela garantia da sobrevivência do Estado chinês e do PCC e, para alcançar este fim, a China é intransigente, colocando, acima de tudo, o interesse nacional.

Nesta relação, a China importa *commodities* da América Latina (e da África) e importa, dos países asiáticos, produtos intermédios e bens de capital, especialmente com alto valor tecnológico. Dentro do seu território, a China agrega os dois e a indústria chinesa, assim, produz internamente parcelas crescentes dos componentes utilizados em produtos de alto valor tecnológico. Isto permite que a China tenha ganhos de competitividade na produção e transformação dos bens primários e uma maior diversificação das suas exportações, que, assim, também aumentam, com destino aos EUA e à Europa. Por outro lado, a China passa a funcionar como base para as exportações dos países asiáticos que, em vez de exportar os seus produtos finais para a Europa e os EUA, exportam para China que, depois de lhes agregar valor, exporta para a Europa e os EUA.

O fortalecimento das relações sino-latino americanas deve-se, assim, à complementaridade económica existente entre as duas regiões, bem como à coincidência e semelhança dos respetivos projetos nacionais, já que se trata, de ambos os lados, de países, inseridos num *mesmo grupo*, que tradicionalmente vêm apresentando uma linha de atuação desenvolvimentista, autonomista, pacifista e universalista, estando incluídos no mundo em desenvolvimento, tendo vivido experiências de exploração e opressão pelo colonialismo e imperialismo. Por outro lado, tais relações fortalecem-se no presente em virtude desses países estarem, hoje, perante o desafio de desenvolver uma voz mais audível nas questões da agenda internacional. E para isso, tanto a China quanto os países latino-americanos, em especial o Brasil, têm desenvolvido estratégias de negociação muito semelhantes sobre o seu lugar no sistema internacional – estratégias que assentam na ideia de que os países do Sul apresentam a similaridade de estarem inseridos num sistema internacional de comércio e num sistema financeiro internacional que privilegiam os países do Norte e que, portanto, devem ser alterados através de uma ação conjunta dos países do Sul. O Brasil, neste sentido, dá ênfase, tanto ao diálogo Sul-Sul, formando coligações, quanto ao relacionamento bilateral, constituindo parcerias. A China, do mesmo modo, engaja-se nos fora internacionais de negociação. Ambos têm este objetivo de redefinir a ordem e o sistema internacionais e consideram que, em conjunto, podem melhor alcançá-lo.

Não obstante os interesses convergentes em funcionalidade, a verdade é que nem todos os aspetos do chamado *efeito China* são benéficos, havendo dificuldades que devem ser analisadas

para melhor poderem ser ultrapassadas pelos decisores políticos e económicos latino-americanos, bem como pelos seus empresários.

Desde logo, a China apresenta uma forte tendência para o aproveitamento pragmático das regras vigentes para buscar ampliar as suas capacidades económicas e de poder, o que deve deixar os países latino-americanos em estado de alerta por duas razões: 1) se as regras lhe convêm, a sua atuação para reformar o sistema internacional poderá vir a não ser a esperada; 2) se a China olha para a América Latina com esse pragmatismo, há fortes probabilidades de que, assim que a região deixar de ter importância para os objetivos chineses, ela seja deixada de lado. Do mesmo modo, a política externa chinesa tem por objetivos centrais o benefício dos interesses comerciais do país e o próprio desenvolvimento, como bem ressaltam o especialista em Ásia do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e Segurança (SWP), Günter Hilpert, e o especialista em assuntos asiáticos do think tank britânico Chatham House, Kerry Brown (KNIGGE, 2009), não nutrido grandes preocupações com outros assuntos considerados relevantes para os países latino-americanos.

Por outro lado, o aumento das importações dos países latino-americanos oriundas da China tem tido repercussões negativas sobre as manufaturas locais, em virtude dos baixos preços dos produtos chineses (SILVEIRA SOUZA, 2011), resultado da competitividade das indústrias chinesas e do Yuan desvalorizado. Com efeito, os produtos exportados pela China para a América do Sul são, na sua grande maioria, de média e alta intensidade de tecnologia, especialmente desde 1993. Na verdade, enquanto as importações de bens primários e de baixa intensidade tecnológica oriundas da China se têm mantido estáveis e as importações de manufaturados de uso intensivo de mão-de-obra e de recursos naturais têm vindo a declinar desde o ano 2000 (UNComtrade, 2010), os produtos de média e alta tecnologia de origem chinesa vêm sendo cada vez mais importados pelos países sul-americanos. Em 2008, esses produtos representaram cerca de 60% do total das importações sul-americanas feitas à China. No mesmo ano, só os bens de alta intensidade tecnológica representaram 40% dessas importações, enquanto os de baixa tecnologia com dificuldade chegaram aos 10% (UNComtrade, 2010).

Paralelamente, as exportações da região têm crescido graças à procura chinesa de produtos primários. Assim, se em termos de importação são as *commodities* que sobressaem, com a China a aumentar a sua participação nas importações mundiais de 4% em 2000 para 8% em 2008 (UNComtrade, 2010), em termos de exportação destacam-se os produtos manufaturados de média e alta tecnologia, tendo a participação da China nas exportações mundiais aumentado de 40% em 2000, para mais de 55% em 2009 (UNComtrade, 2010). Durante esse período, a China passou de exportador de vestuário e produtos derivados do petróleo para exportador de produtos eletrónicos e de tecnologia de informação (SILVEIRA SOUZA, 2010).

Tal como no caso da África, Pequim está particularmente interessada em importar, da América Latina, recursos naturais e energia, tendo-se tornado já o maior importador de cobre, minério de ferro, ouro e petróleo latino-americanos (KHIGGE, 2009). Esta situação tem contribuído para a expansão, na América Latina, dos setores associados aos recursos naturais, porém não tem contribuído para a criação de novas capacidades tecnológicas para a região (CEPAL, 2011). Situação que poderá conduzi-la a um esquema de dependência, face ao gigante asiático, do tipo *centro-periferia* (ESTRADA, 2011), através da *reprimarização* da economia latino-americana. Também o Informe da CEPAL apresentado no Chile em Março de 2011 aponta essa preocupação, salientando que é importante evitar que o comércio crescente entre a América Latina e a China conduza àquele esquema de dependência (CEPAL, 2011). Segundo Cláudia Casal, Secretária Executiva da CEPAL, “a relação China-AL se apresenta de forma assimétrica, marcada pelas necessidades chinesas e reforçada pela estrutura limitada das exportações dos países da região (...). Estrutura-se uma relação económica desigual – ainda que esta se expresse de diferentes formas nos distintos países – que pode levar a um estreitamento da margem de manobra dos países latino-americanos” (ESTRADA, 2011).

Com efeito, embora essa relação tenha impulsionado a expansão dos países latino-americanos e permitido que sofressem menos com a crise, a estrutura do comércio que a caracteriza está a

reduzir o potencial da região, que passa, apenas, a fazer parte da cadeia de valor da China. Ademais, as exportações chinesas de bens manufaturados para a América Latina cresceram muito mais do que as exportações regionais de matérias-primas para a China, o que tem levado a um déficit comercial da região face à China, especialmente nos casos do México e da Costa Rica. Muito deste resultado será devido à alteração da política cambial chinesa. Com efeito, durante muito tempo, a China usou a estratégia de desenvolvimento económico do câmbio fixo para o Yuan, mantendo a moeda desvalorizada. Porém, em função das pressões internacionais para a valorização do Yuan, o governo chinês abandonou o câmbio fixo, ainda que os saldos se mantenham, regra geral, desfavoráveis aos países latino-americanos. De fato, esta questão da valorização ou desvalorização do Yuan, bem como das moedas latino-americanas, tem sido determinante. A grande entrada de fluxos de capital especulativo nos países latino-americanos, atraídos pelas elevadas taxas de juros praticadas, especialmente, no Brasil, tem provocado o aumento das importações e a diminuição das exportações de produtos de maior valor agregado, em virtude da perda de competitividade das moedas destes países. Isto, por si só, origina défices nas suas contas correntes.

Interessante notar que, no caso das trocas comerciais entre o Brasil e a China, o saldo é favorável ao Brasil, tendo sido de USD 4 bilhões em 2009 (FMI, 2010), uma vez que a China vendeu ao Brasil USD 15,9 bilhões e o Brasil vendeu à China 19,9 bilhões (FMI, 2010). De acordo com dados de Setembro de 2011, as exportações brasileiras, em volume, caíram 2,5% ao ano. Esta situação apenas não teve reflexos num déficit profundo da Balança Comercial em função do aumento do preço das *commodities* ter sido, no mesmo período, de 16%. Assim, o Brasil tem conseguido acumular superávites na Balança Comercial, que se devem, não ao aumento do volume das exportações, mas sim ao aumento dos preços das *commodities*, que subiram muito mais do que o esperado pelo governo de Dilma.

Por outro lado, deve ter-se em conta que a China avança com vigor, na América Latina, sobre parceiros do Brasil, pelo que o mais importante país da região tem sofrido particularmente com os efeitos perversos da crescente presença chinesa no sub-continente. A tendência é para que venha a sofrer ainda mais, com a disputa entre os seus produtos e os chineses nos seus tradicionais mercados consumidores. O Brasil é, ainda, o país que mais preocupação cria entre os analistas dos efeitos da presença do gigante asiático na América Latina, por ser o único que, além de *commodities*, também exporta para a China bens manufaturados, especialmente aviões, possuindo, pois, uma estrutura produtiva mais diversificada e que está, toda ela, a ser afetada pelo *efeito China*.

Mesmo para a China, a estrutura de comércio praticada com a América Latina é muito redutora. A venda de produtos industrializados e a compra de *commodities* aos países latino-americanos é um esquema de trocas que satisfaz a procura chinesa pelos bens primários de que necessita para fazer face ao seu crescimento económico. Porém, é um esquema que se torna muito restrito para a China, pois a cesta de produtos oferecidos pela região ao gigante asiático é muito limitada e pouco diversificada, não acompanhando a demanda chinesa por tecnologia.

É claro, pois, que os riscos existem e que a presença crescente da China na América Latina não é, por si só, a solução final para a região. Encarar a agenda de oportunidades apresentada por este relacionamento exige que se encarem as dificuldades, até porque a aplicação de medidas protecionistas às importações chinesas não é, seguramente, o caminho – embora problemas com a qualidade de alguns produtos chineses têm feito com que a marca *made in China* seja estigmatizada e sirva de pretexto para que os países adotem políticas protecionistas.

Uma das medidas que têm sido tomadas para lidar com os efeitos perversos da crescente presença da China na América Latina diz respeito à imposição de restrições à venda, a estrangeiros, de grandes propriedades rurais. Efetivamente, e em razão da crescente compra de terras por estrangeiros, designadamente Chineses, que tem ocorrido nos últimos anos devido ao aumento dos preços internacionais dos alimentos e da falta de alternativas de investimentos financeiros, o governo brasileiro limitou, em Agosto de 2010, a venda de grandes propriedades a

estrangeiros⁶. É bem verdade que, já este ano, têm surgido parlamentares brasileiros a solicitar a remoção destas restrições impostas pelo governo Lula, porque muitas empresas estrangeiras exigem as terras como garantia para o financiamento de produtores rurais, mas, para já, a norma mantém-se, estando o Congresso a trabalhar sobre um projeto de lei que remova algumas dessas restrições. Com o mesmo objetivo, o governo de Cristina Kirchner, na Argentina, fez um projeto semelhante em Agosto de 2011, estando em discussão no Parlamento. Também o Uruguai tem seguido o exemplo do Brasil e procura limitar a venda de terras a estrangeiros, estando igualmente em estudo um projeto do governo nesse sentido.

Sem qualquer dúvida que, no contexto dos riscos associados à presença crescente da China na América Latina, situa-se no centro o tema da desindustrialização das economias latino-americanas, como resultado do aproveitamento maciço dos recursos naturais como estratégia de crescimento económico. Na realidade, o debate em torno dos benefícios ou prejuízos dessa estratégia dura há, pelo menos, três séculos e pode ser colocado da seguinte forma: para alguns, as exportações de *commodities* são impulsionadoras da economia, pelo que a exploração de recursos naturais só pode trazer vantagens económicas; para outros, como Adam Smith, a economia de um país não deve assentar no estímulo às atividades primárias, pois isso limita, desde logo, a possibilidade de desenvolvimento de atividades produtoras de bens de maior valor agregado e, por conseguinte, mais valiosos.

A argumentação, para uns e outros, é variada. Por um lado, os mercados globais de *commodities* têm apresentado uma grande volatilidade, o que cria preocupações com a dependência das economias face a esses produtos. Por outro lado, há países, como o Brasil, nos quais a produção de bens primários sempre desempenhou um papel vital na economia. No Brasil, as exportações de *commodities* sempre foram um grande impulsionador da economia, expandindo a arrecadação de impostos da União e dos governos estaduais e municipais e servindo como principal elo de ligação entre a economia do país e os mercados globais. E o que se tem verificado é que as grandes recessões têm afetado principalmente os países com elevada participação de manufaturados no total das exportações, poupando aqueles que exportam *commodities*. No actual cenário de crise, por exemplo, têm sido mesmo as exportações de *commodities* para a China a poupar estes países. Ao mesmo tempo que foram essas exportações a permitir a retoma vigorosa da economia brasileira. De tal forma que o Brasil surge, hoje, como uma verdadeira potência agrícola. O país é o maior exportador mundial de café, açúcar, sumo de laranja, tabaco, soja, milho, carne (boi, porco e frango), tendo mesmo duas grandes empresas do setor de extração mineira: a Petrobrás, de energia, e a Vale, de mineração; sendo certo que as abundantes reservas minerais do Brasil e a descoberta de reservas de petróleo e gás natural em águas profundas no litoral (pré-sal) consolidam a posição do país como exportador de *commodities* para suprir as necessidades do mercado mundial e contribuem para o saldo positivo das suas contas externas⁷ (FISHLOW, BACHA, 2010).

A verdade é que o Brasil e os restantes países da América Latina têm beneficiado da elevação dos preços das *commodities* nos mercados mundiais, especialmente como resultado da procura chinesa por esses produtos, e ainda da entrada de capital externo ligado às *commodities*, o que tem gerado a valorização das suas moedas que, se por um lado, torna as exportações menos competitivas, por outro permite aos Bancos Centrais acumular reservas internacionais, como tem sucedido ao Banco Central do Brasil, que tem acumulado níveis recordes dessas reservas. Mas, por outro lado, estes países, que outrora já foram industrializados, designadamente o

⁶ A 23 de Agosto de 2010, o governo Lula aprovou uma norma que estabelece que: 1) as propriedades rurais com extensão entre 250 e 5000 hectares (dependendo da região do país) com mais de 50 módulos de exploração, não podem ser adquiridas por estrangeiros; 2) a soma das áreas adquiridas por empresas sob controlo estrangeiro não pode ser superior a 25% do tamanho de cada município. Esta norma tem por base o artigo da Constituição segundo o qual o Estado tem de regulamentar o capital estrangeiro em sectores considerados estratégicos. E, com a valorização dos produtos agrícolas, a escassez mundial de alimentos e a tendência para um aumento do mercado de biocombustíveis, a propriedade rural transforma-se num sector estratégico.

⁷ Em 2003, o Brasil exportou USD 72 biliões e, em 2010, USD 201,9 biliões, sendo que, das exportações totais de 2010, 69,4% foram compostas por *commodities*, o que evidencia a importância das exportações de *commodities* para a economia brasileira. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil, hoje, 50% das exportações brasileiras são de produtos primários dos seguintes sectores: minérios, petróleo e combustíveis, complexo soja, açúcar e etanol, carnes (boi, porco e frango) e celulose (MDIC, 2011).

Brasil, parecem viver um período de desindustrialização, o que, a longo prazo, poderá ter consequências preocupantes do ponto de vista económico, mas também dos pontos de vista social e político e, no caso do Brasil, em matéria de influência e peso global.

Os riscos, neste sentido, existem, não obstante as economias dependentes das exportações de *commodities* estarem a resistir às dificuldades generalizadas, enquanto a crise do *subprime* se disseminou por todo o mundo desenvolvido. E, seguramente, os problemas começam a tornar-se reais. Se, até agora, estes países beneficiaram dos preços elevados das *commodities* nos mercados mundiais, com a queda desses preços, que se tem registado desde o início de Setembro 2011, as coisas podem começar a correr mal. Aliás, a própria presidente Dilma Rousseff já tem manifestado muita preocupação com o atual cenário e já começa a haver alguma agitação financeira no Brasil.

Para fazer face a estes riscos, os industriais latino-americanos devem apostar na melhoria do *design* e da qualidade dos seus produtos, fomentar a competitividade das pequenas e médias empresas, capacitar a mão-de-obra, desenvolver encadeamentos que vinculem os sectores exportadores ao resto da economia e aproveitar os avanços da região em matéria de biotecnologia (ESTRADA, 2011), fomentando, ainda, a exploração do potencial do mercado chinês, através de investimentos em ativos, de aquisições, ou mesmo destinando recursos para a instalação de fábricas próprias em território chinês. Por outro lado, deve haver um maior investimento, por parte dos países da região, em produtos do agro-negócio destinados à exportação, seguindo o exemplo do Peru, que, através do tratado de livre comércio que tem com a China desde 2010, tem explorado os produtos do seu agro-negócio – mangas, uvas, cítricos – que entram no mercado chinês com 0% de tarifas até 2018.

O grande desafio é transformar as economias latino-americanas agregando valor às suas exportações, no sentido destas passarem a ser exportadas como produtos de valor agregado, como bem lembrou o Presidente do BID, o colombiano Alberto Moreno, aquando da Cimeira China-América Latina de 2010.

Assim, se a curto prazo a relação da América Latina com a China pode ser vantajosa, a longo prazo não parece vir a ser, de modo que o melhor caminho para a América Latina não parece ser a China. Dilma já terá compreendido esta realidade, ao elevar, para prioridade da política externa brasileira, algo que Lula havia deixado cair: a aproximação aos países desenvolvidos (EUA e União Europeia), através de uma nova abordagem aos mesmos.

Referências bibliográficas

- ACIOLY, L.; *Internacionalização das Empresas Chinesas*, SOBEET, Ano XII, nº 54, 2010;
- COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL); *La República Popular de China y América Latina y el Caribe : Hacia una Relación Estratégica*, Santiago, 2010;
- COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL); *Informe Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe 2009-2010*, Santiago do Chile, Março de 2011;
- ESTRADA, Daniela; *América Latina e China: Os Perigos de uma Nova Relação*, in Carta Maior, Secção Economia, 11 de Março de 2011;
- FISHLOW, A. E BACHA, E.; *Recent Commodity Price Boom and Latin American Growth: More than New Bottles for na Old Wine?*, Textos Itaú-Unibanco, Brasil, 2010;
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), *China's Economic Growth: International Spillovers*, IMF Working Paper, IMF, Nova Iorque, 2010;
- GARCIA, Marco Aurélio, Entrevista a *Estado de São Paulo*, 22 de Março 2009;
- ITAMARATY, *A Relação Comercial China-América Latina*, 2011, in <http://www.itamaraty.gov.br> Acessibilidade: Março de 2011;

JENKINS, Rhys and PETERS, Enrique (eds.); *Economic Relations in the Twenty Century, Studies*, German Development Institute, Bonn/Mexico City, 2009 ;

KNIGGE, Michael ; *Cresce Influência Política e Econômica da China na América Latina*, 2009, in www.dw-world.de Acessibilidade: Março de 2011;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO BRASIL; *Estatísticas de Comércio Exterior – DEPLA*, 2011, in <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/internaphp?area=5&menu=1955&refr=608> Acessibilidade: Junho de 2011;

MOFCOM; Ministry of Commerce the People's Republic of China, in <http://english.mofcom.gov.cn>. Acessibilidade : Novembro de 2010 ;

ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (OECD); *OECD Investment Policy Reviews : China 2008. China's Outward Direct Investment*, Paris, 2009 ;

O'NEILL, Jim; *Building Better Global Economic BRICs*, *Global Economics Paper*, nº 66, 30 de Novembro de 2001;

PATRÍCIO, Raquel de Caria; *A Presença da China na América Latina: Desafios e Possibilidades de Cooperação*, comunicação apresentada no XIII Congresso Internacional da ALADAA – Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia e África, subordinado ao tema *El Nuevo Sur – Teorías y Prácticas de Asia, África e América Latina en Siglo XXI*, Bogotá, 23, 24 e 25 de Março de 2011;

PATRÍCIO, Raquel de Caria; *A Presença da China na América Latina: Desafios e Possibilidades de Cooperação*, in *Revista Amigos de China – El Soft Power de China*, Bogotá, 2011, no prelo;

REISS, Stefanie; *Discovery of the Terra Incognita: Five Decades of Chinese Foreign Policy Towards Latin America*, Institute of Political Science, University of Mainz, Germany, Outubro de 2000;

SILVA, Solange Dias da; *A Parceria Estratégica América Latina: Uma Alternativa à Hegemonia dos EUA?*, GEAP-PUC São Paulo, 2003, in <http://www.puscp.br/geap/artigos/AYBERBE-finalsolange.pdf> Acessibilidade: Março de 2011;

SILVEIRA SOUZA, Leonardo ; *A Presença Chinesa na América do Sul*, in *Mundorama – Divulgação Científica em Relações Internacionais*, UERJ, Rio de Janeiro, Dezembro de 2010;

UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE (UNComtrade), New York, 2010, in <http://comtrade.un.org/> Acessibilidade: Novembro de 2010 ;

VIEIRA, Flávio Vilela e VERÍSSIMO, Michele Polline; *O Crescimento Económico em Economias Emergentes Seleccionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul*, in *Economia e Sociedade*, vol. 18, nº 3 (37), Campinas, Dezembro de 2009;

XINSHENG, Zhang e SHAOXIAN, Li; *O Novo Clima de Cooperação entre a China e a América Latina*, in GUIMARÃES, Liyton (org.); *Ásia, América Latina, Brasil: A Construção de Parcerias*, Neásia/Ceam/UnB, Brasília, 2003.